



Relatório e Contas de 2017



Relatório de Gestão

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Relatório de Gestão

1

1 - Introdução

Exmos. Fundadores,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem o Diretor Executivo da FUNDAÇÃO ANTÓNIO E MARIA EDUARDA GOMES, com sede social na Rua Alexandre Rey Colaço, Nº 4 – 4A, Lisboa, com um capital social de 1.000.000,00 euros submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão que expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2017.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da FUNDAÇÃO ANTÓNIO E MARIA EDUARDA GOMES, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009 e conforme modelos de demonstrações financeiras constantes da Portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

2 - Enquadramento Económico

Em 2017, a evolução da atividade económica em Portugal, traduziu-se num diferencial positivo de crescimento face à área do euro, com a comissão europeia a rever em alta os principais indicadores (PIB, consumo, défice, desemprego), interrompendo, desta forma, um longo período de diferenciais médios anuais negativos observados entre 2000 e 2016.

Assim em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 2,6% em volume, sendo que deverá desacelerar para 2,3% em 2018. O contributo da procura interna para a variação anual do PIB aumentou, situando-se em 2,2% em 2017 (2,1% em 2016).

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

Principais indicadores económicos (%)

	2013	2014	2015	2016	2017 ^(a)	2018 ^(a)
Produto interno bruto (PIB)	-1,1	0,9	1,6	1,5	2,6	2,3
Consumo privado	-1,2	2,2	2,6	2,1	2,2	2,1
Consumo público	-2,0	-0,5	0,8	0,6	0,1	0,6
Défice (% do PIB)	-4,8	-7,2	-4,4	-2,1	-1,4	-1,0
Taxa de desemprego	16,2	13,9	12,4	11,1	8,9	7,8
Taxa de inflação (IHPC)	0,4	-0,3	0,5	0,6	1,6	1,5

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat

Notas: (a) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2017)

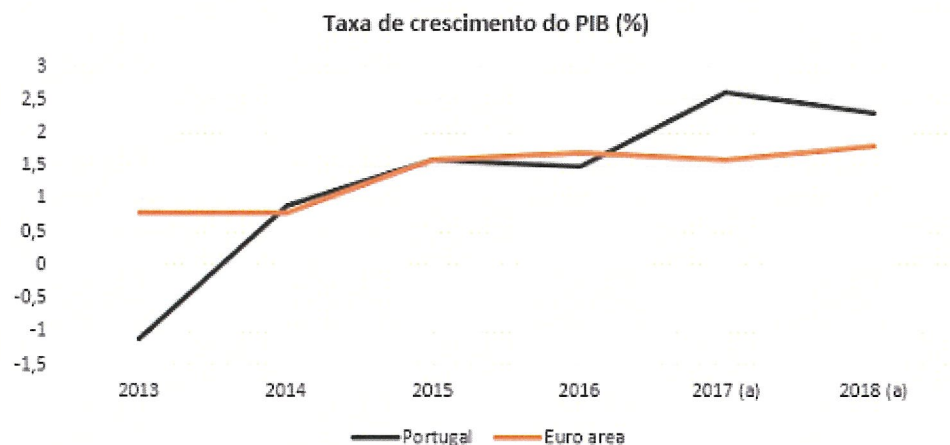
Diretor Executivo



A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 8,9%, o que se traduz em cerca de 460 mil pessoas desempregadas. Em relação ao ano anterior é de realçar que a taxa de desemprego se fixou em 11,1%, e recorde-se que a taxa de desemprego em 2015 era de 12,4%.

Entre os estados-membros, em 2017, Portugal situou-se abaixo da taxa de desemprego na zona euro, sendo que as mais altas são a de Espanha (17,7%) e da Grécia (22%), enquanto Alemanha (4,1%) e Malta (4,9%) apresentam as taxas mais baixas. Na zona Euro, a taxa de desemprego desceu para 9,6% enquanto na União Europeia desceu para 8,1%.

A economia portuguesa apresenta um crescimento de 2,6% em 2017, um crescimento bastante positivo em comparação com 2016 (1,5% em 2016). Para 2018, a Comissão Europeia prevê uma desaceleração do PIB, positivo em 2,3%, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):

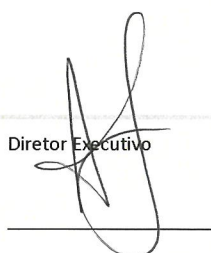


Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões OCDE

Segundo as previsões económicas a expansão do PIB deverá manter-se nos próximos anos, no entanto, superior ao projetado para a zona euro, devido ao crescimento das exportações e do investimento. Em termos médios anuais a Comissão Europeia espera uma evolução do PIB da zona euro para 2,6% e 2,3% em 2017 e 2018, respetivamente.

Em Espanha, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o PIB registou uma taxa de 2,3% positivos no ano de 2017, tendo previsto uma taxa de 2,1% positivos para 2018.

A crise política na Catalunha constitui um risco descendente relevante para a economia portuguesa, atendendo ao peso de Espanha nas relações internacionais de Portugal e a eventuais repercussões a nível europeu. A possibilidade de um menor crescimento das importações espanholas traduz-se numa redução do crescimento do indicador de procura externa dirigida aos produtores nacionais.

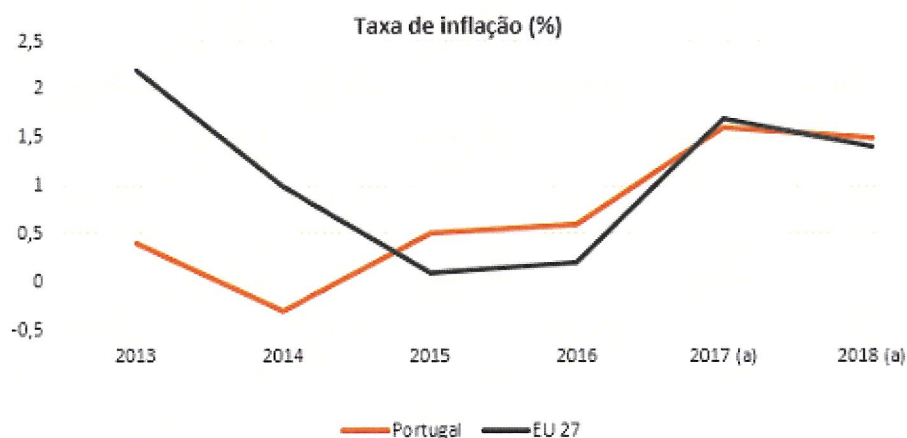

Diretor Executivo

O BCE decidiu baixar as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento baixou para 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

No que diz respeito aos EUA, a Reserva Federal norte-americana (Fed) aumentou a taxa de juro de referência entre os 1,25% e 1,5% ao ano.

A taxa de inflação em 2017, divulgada pelo INE, está prevista fixar-se nos 1,6%. Em 2016, o valor final da inflação tinha sido 0,6%.

A Eurostat divulgou que a taxa de inflação anual da zona euro, relativamente a 2017, foi de 1,7%, enquanto na UE aumentou para 1,8%. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



Fontes: Instituto Nacional de Estatística e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões

As projeções para a economia portuguesa apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica, com um ritmo médio de crescimento superior ao projetado para a área euro. O crescimento deverá ser assente no aumento das exportações, a par de uma recuperação da procura interna.

De salientar que o Turismo em Portugal já corresponde a 7% da economia nacional, tendo gerado 11,5 mil milhões de euros.

Apesar de ter alcançado progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Portugal deverá prosseguir o processo de ajustamento em curso, com aumentos sustentáveis do consumo, com um crescimento do investimento que assegure a renovação do capital e com níveis de endividamento progressivamente menores.

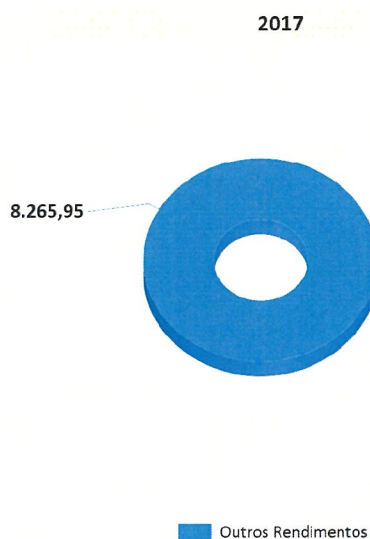
Diretor Executivo

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

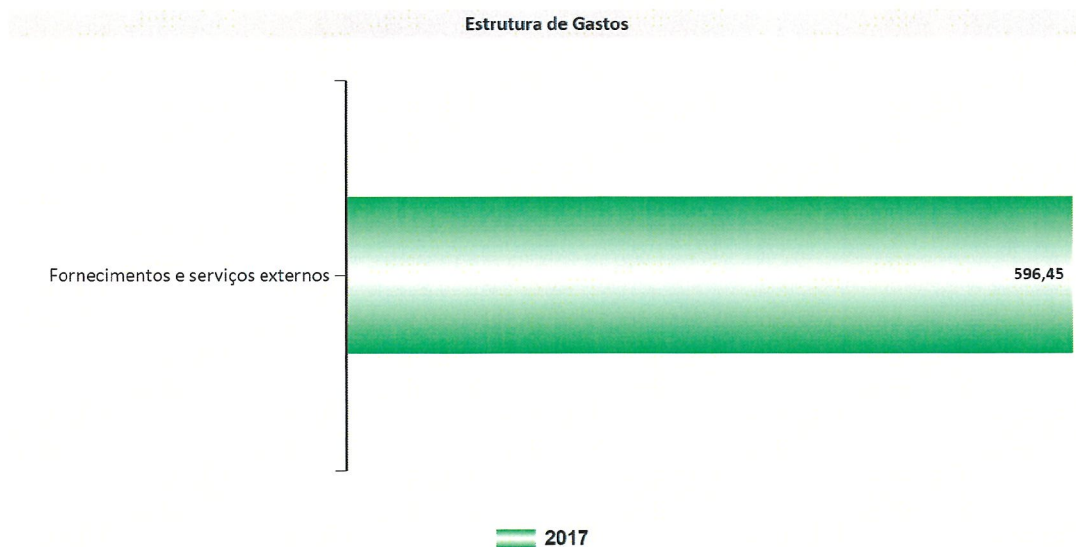
No período de 2017 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Fundação.

A Fundação tem por missão, prosseguir fins de beneficência e solidariedade social, sobretudo a doentes do foro oncológico e ainda o apoio no desenvolvimento e investigação científica e tecnológica na área oncológica.

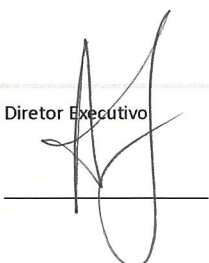
Os rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas no gráfico seguinte:

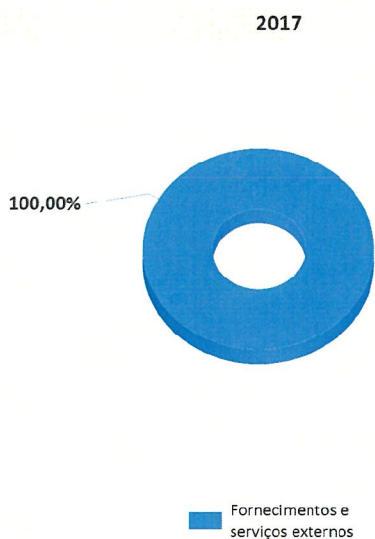


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

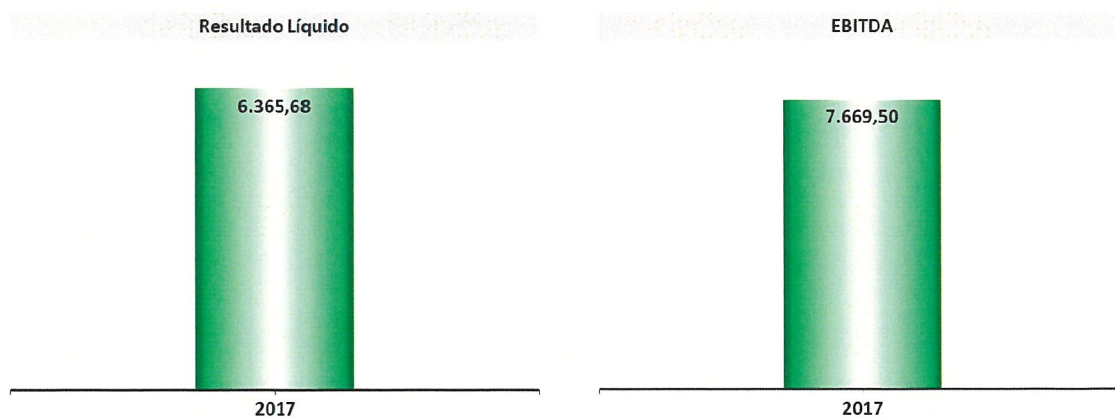


Diretor Executivo



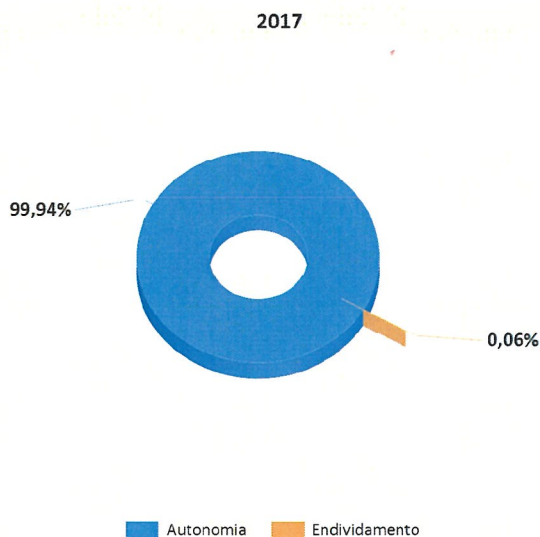


Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Diretor Executivo

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Indicadores Financeiros:

RUBRICAS	PERIODOS
	2017
Autonomia	99,94%
Solvabilidade	168725,91%
Liquidez Geral	168825,91%

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2017	
Ativo não corrente	0,00	0 %
Ativo corrente	1.006.962,13	100 %
Total ativo	1.006.962,13	

RUBRICAS	2017	
Capital Próprio	1.006.365,68	100 %
Passivo não corrente	0,00	0 %
Passivo corrente	596,45	0 %
Total Capital Próprio e Passivo	1.006.962,13	


Diretor Executivo

3.1 - Investimentos

No decorrer do exercício não ocorreram investimentos.

3.2 - Investigação & Desenvolvimento

A FUNDAÇÃO ANTÓNIO E MARIA EDUARDA GOMES não despendeu qualquer gasto nesta rubrica.

4 - Principais Riscos e Incertezas

A empresa apresenta um nível imaterial de exposição ao risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

A empresa gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

6 - Perspetivas para o Próximo Exercício

A Fundação irá iniciar a sua atividade em 2018, sendo marcado pelo ano zero e considerando as metodologias de atuação, importa conhecer os projetos de outras entidades para definir parcerias e procedimentos a adotar na atribuição dos apoios financeiros. Também junto da Segurança Social definir procedimentos para implantar alguns dos projetos.

Sendo os meios financeiros nesta área de intervenção escassos, irão ser adotados os projetos da Fundação – “Projecto Cooperação” e “Projecto Fundadores” e, consignar uma verba destinada à atribuição de subsídios que se entendam relevantes e não tenham enquadramento direto nos projetos da Fundação.


Diretor Executivo

7 - Considerações Finais

A FUNDAÇÃO ANTÓNIO E MARIA EDUARDA GOMES não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artº 397º do Código das Sociedades Comerciais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

8 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A FUNDAÇÃO ANTÓNIO E MARIA EDUARDA GOMES no período económico findo em 31 de dezembro de 2017 realizou um resultado líquido de 6.365,68 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2017
Resultados Transitados	6.365,68

9 - Agradecimentos

A Fundação não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Diretor Executivo



10 - Anexo ao Relatório de Gestão

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Relação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Diretor Executivo

António Vicente de Oliveira Gomes

Fiscal Único

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.

Representada por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC nº 1085

Lisboa, 03 de março de 2018


Diretor Executivo




Balanço

2

RUBRICAS		NOTAS	DATAS
			2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	6		762,67
Caixa e depósitos bancários	4		1.006.199,46
			1.006.962,13
	Total do ativo		1.006.962,13
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	7		1.000.000,00
Resultado líquido do período			6.365,68
	Total dos fundos patrimoniais		1.006.365,68
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Outros passivos correntes	7		596,45
			596,45
	Total do passivo		596,45
	Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.006.962,13

Diretor Executivo

Contabilista Certificado


17928



Demonstração de Resultados por Naturezas

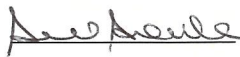
3

**Demonstração dos Resultados por Naturezas do período
findo em 31-12-2017
(montantes em euros)**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS
		2017
Fornecimentos e serviços externos	8	(596,45)
Outros rendimentos	5	8.265,95
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		7.669,50
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7.669,50
Resultado antes de impostos		7.669,50
Imposto sobre o rendimento do período	6	(1.303,82)
Resultado líquido do período		6.365,68

Diretor Executivo

Contabilista Certificado



17928



Demonstração dos Fluxos de Caixa


4

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do período
findo em 31-12-2017
(montantes em euros)**

RUBRICAS	PERÍODO
	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto	
Caixa gerada pelas operações	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(2.066,49)
Outros recebimentos/pagamentos	(1.006.199,46)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(1.008.265,95)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Recebimentos provenientes de:	
Juros e rendimentos similares	8.265,95
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	8.265,95
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	1.000.000,00
Pagamentos respeitantes a:	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	1.000.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.006.199,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.006.199,46

Diretor Executivo

Contabilista Certificado



17928



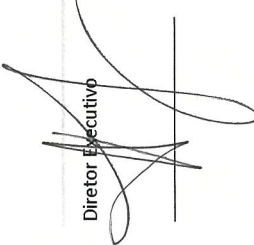
Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios

5


Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2017
(montantes em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6										
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	7										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							6.365,68	6.365,68		6.365,68
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							6.365,68	6.365,68		6.365,68
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos	7	1.000.000,00							1.000.000,00		1.000.000,00
	10	1.000.000,00							1.000.000,00		1.000.000,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6+7+8+10	1.000.000,00						6.365,68	1.006.365,68		1.006.365,68

Diretor Executivo



Contabilista Certificado


17928



Anexo

6

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: FUNDAÇÃO ANTÓNIO E MARIA EDUARDA GOMES

1.2. Sede

Sede social: Rua Alexandre Rey Colaço, Nº 4 – 4A, Lisboa

1.3. Natureza da atividade

Natureza da atividade: Fins de beneficência e de solidariedade social, contribuindo especialmente, através de apoios financeiros, para serviços e cuidados de saúde a doentes oncológicos e para a assistência à Liga Portuguesa contra o Cancro.

A Fundação encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 514558610.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Fundação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2017.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Fundação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Fundação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

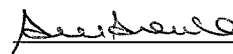
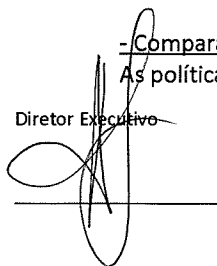
Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 não são comparáveis,

Diretor Executivo

Contabilista Certificado



17528

sendo que a Fundação iniciou a sua atividade em 13-09-2017.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados não são comparáveis, sendo que a Fundação iniciou a sua atividade em 13-09-2017.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da Fundação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Fundação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Fundação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

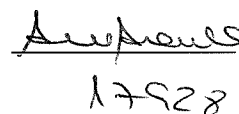
Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Diretor Executivo



Contabilista Certificado



17528

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

Os ativos por impostos diferidos são unicamente registados quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir os montantes dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.3. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela sociedade o resultado, reportado pela sociedade, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

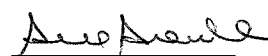
Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Diretor Executivo

Contabilista Certificado



17928

4 - Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem		4.014.335,95	4.014.136,49	199,46
Outros depósitos bancários		4.012.070,00	3.006.070,00	1.006.000,00
Total		8.026.405,95	7.020.206,49	1.006.199,46

4.2. Comentário do Diretor Executivo sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

5 - Rédito

5.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

5.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período
Juros	8.265,95
Total	8.265,95

6 - Impostos e contribuições

6.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período
Resultado antes de impostos do período	7.669,50
Imposto corrente	1.303,82
Imposto diferido	
Imposto sobre o rendimento do período	1.303,82
Tributações autónomas	
Taxa efetiva de imposto	17,00

Diretor Executivo

Contabilista Certificado

Assinatura

17928

6.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto sobre o rendimento	762,67	
IRC a receber / pagar	762,67	
Total	762,67	

7 - Instrumentos financeiros

7.1. Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento inicial
Ativos financeiros:					
Passivos financeiros:			596,45		
Outras contas a pagar			596,45		
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:			8.265,95		
De ativos financeiros			8.265,95		

7.2. Fundos patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais encontram-se devidamente evidenciados na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital			1.000.000,00	1.000.000,00
Total			1.000.000,00	1.000.000,00

Diretor Executivo



Contabilista Certificado



17928

8 - Outras informações

8.1. Discriminação do Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	Valor Período
Serviços especializados	266,68
Honorários	266,68
Materiais	102,77
Material de escritório	102,77
Serviços diversos	227,00
Contencioso e notariado	227,00
Total	596,45

9 - Acontecimentos após data de balanço

9.1. Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;
O Diretor Executivo autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

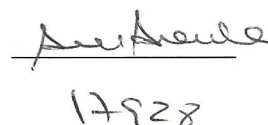
b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.
Os Fundadores da Fundação detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

9.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Diretor Executivo

Contabilista Certificado



17928



Relatório e Parecer do Fiscal Único

7

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Membros do Conselho de Administração da
Fundação António e Maria Eduarda Gomes
Lisboa

Em cumprimento do disposto nos Estatutos da Fundação temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo Diretor Executivo e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da vossa Fundação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pelo Diretor Executivo quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pelo Diretor Executivo, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Fundação.

Como consequência do trabalho efetuado o Conselho Fiscal é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pelo Diretor Executivo deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pelo Diretor Executivo devem ser aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Diretor Executivo deve ser aprovada.

Lisboa, 7 de março de 2018

O CONSELHO FISCAL


Paulo Dinis Delgado Chaves - Presidente


Luís Manuel Saraiva - Vogal

Augusto Manuel Nunes Baptista - Vogal
